

## RESUMO

*A civilização vive agora o mal do pai. É à degradação do lugar do pai que muitos atribuem as errâncias e os desvios dos sujeitos modernos. O pai edípico, de sua versão humilhada à de um tirano doméstico, fabricava a neurose generalizada na qual Freud encontrou as raízes de sua teoria. O que propõe a psicanálise para ler o mal estar atual na civilização? Lacan retomou a questão da função paterna para destacar o essencial: princípio separador (a castração) e identificação (a nomeação). Esta orientação encontra suas aplicações clínicas, das quais se encontrará aqui um exemplo em grupos de adolescentes que se encontram em "errância" simbólica.*

**Descritores:** pai edípico; função paterna; civilização; identificação; adolescentes.

# DO MITO AO RELATO, A INSCRIÇÃO DOS NOMES/NÃO<sup>1</sup> DO NOME-DO-PAI

Martine Menès

Tradução: Inesita Machado

Para que servem os mitos e os relatos que acompanham a humanidade desde sua emergência?

Exatamente para contribuir com essa emergência da humanidade. Os mitos são contemporâneos à linguagem, e, como ela, são portadores dos ditos fundamentais por eles difundidos. Esses inter/ditos, dizeres entre, isto é, falas que definem lugares e os deveres a elas associadas, definem as regras de relações entre os indivíduos de uma mesma comunidade. Sua função é de "dhomesticar" suficientemente o gozo pulsional "autista" para não somente tornar cada sujeito responsável, mas também tornar o laço social possível.

Lacan (1991) designou o Édipo como o mito de Freud, seu "sonho", espécie de romance familiar pessoal em que ele se baseou para dar conta do "tornar-se sujeito". Em seguida, Lacan aventurou-se além do Édipo para identificar as vias que renovaram a abordagem da clínica psicanalítica.

■ Psicanalista, membro da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano.

Admite-se a necessidade de um terceiro para designar o horizonte além da satisfação primária encontrada pela criança em suas primeiras experiências. A introdução da falta e a imposição dos limites, que dão lugar à possibilidade do desejo, passam, para Freud e seus sucessores, pela via/voz do pai. É a atração do pai por sua mulher, e da mãe por seu homem que impedem a criança de ser a “nua-propriedade” da mãe, que impedem a mãe de ter o gozo indivisível de seu filho, para atribuir aos termos o sentido jurídico que Lacan lhes dava. Ora, tornou-se patente que a civilização, a partir daí, sofre do mal do pai. O que poderia, desde então, representar o princípio separador e portanto subjetivante<sup>2</sup>, num momento de civilização em que o casal e a família tradicionais estão em queda livre? Mas, o que é um pai? Passemos a ele.

O pai humilhado, ou o tirano doméstico, figuras clássicas da família, fabricavam a neurose generalizada. O complexo de Édipo é de fato um remédio iatrogênico que possibilita a civilização, mas ao mesmo tempo cria seu mal estar. Ele dá a chave universal que permite a vida em sociedade trazendo em sua função normativa suas determinações patogênicas. Não insistirei nesse ponto.

Em sua obra, Freud fez a leitura de uma civilização patriarcal em que, oficialmente, a ordem era mantida a partir do lugar do pai. A ordem de que se trata aqui deve ser compreendida em todos os sentidos do termo: de orientação (para a exogamia), de situação das gerações (que permite ao sujeito saber onde ele está, e de situar-se com conhecimento de causa) e de gestão das relações interpessoais (interdito do incesto, obrigação de respeito por seus pais, essencialmente). Penso nessa menininha sobre a qual uma colega me fala em supervisão; ela vive numa família em que os interditos fundamentais são seriamente ignorados. Seu comportamento sexual extremamente provocador desaparece após uma sessão em que ela conta, com uma mistura de júbilo e de protesto, jogos sexuais interditos; ela ouve a psicóloga dizer: “você pode dizer não”, com algumas explicações sobre os costumes nas relações intra familiares. Note-se que “você pode” não é “você deve”, que poderia ter ficado sem efeito na medida em que funcionasse como um imperativo superegóico sem sentido. Esse “você pode” é uma informação quase jurídica que se apóia num quadro regulador, com interditos que visam tanto a autorizar uma palavra decisiva quanto a interditar um gozo fora da lei. Para esta criança, trata-se de uma revelação que lhe permitirá um apaziguamento notável, enquanto que o interdito a

que ela se autoriza a partir de então terá, adicionalmente, um efeito de continência em seu ambiente.

Freud (1937/1985) estendia a noção de pai além do papai; ele a atribuía também aos pedagogos aos quais ele recomendava uma psicanálise pessoal, única iniciativa passível de permitir suficientemente o acesso a seu próprio inconsciente para evitar buscá-lo no outro. Ele esperava dos educadores, num sentido amplo, uma ação profilática classificando, num último texto, *A análise com fim e a análise sem fim*, a educação entre as missões impossíveis, como a arte de governar ou a de ...psicanalisar. Façamos, entretanto, uma nuance: a missão será ainda mais impossível se aquele que dela se encarrega for orientado por um ideal superegóico.

Quanto aos “novos sintomas” frequentemente atribuídos à inflação da autoridade paterna, Freud (1925/1992) os descreve em seu prefácio ao livro de Aichhorn, *Jeunesse à l'abandon*. Ele fala aí de uma criança “desencaminhada e associal”, dominada por suas pulsões, para a qual se deve pensar em tratamentos terapêutico e educativo associados. Esse tratamento específico escapa do enquadre tradicional da psicanálise, mas pode estar sob sua luz, e não somente porque seus atores são analisados. Trata-se de uma indicação que foi aceita em muitas instituições de tratamento criadas após a guerra de 1939-1945 (os CMPP – Centro Médico-Psicológico-Pedagógico; os IMP – Instituto Médico-

Pedagógico). É verdade que nesses lugares encontramos muitas crianças com carência de simbólico. Seria efetivamente pelo aumento desse número de crianças, o que não deixaria de estar associado a uma civilização que rebete o desejo sobre a necessidade? Ou seria porque elas incomodam muito o ideal de felicidade capitalista que convoca os “psis” para normatizar os recalitrantes? A questão permanece aberta, trazendo consigo a necessidade, para a psicanálise, de manter sua “extraterritorialidade” (Lacan, 2001a, p. 256).

Já nos primeiros seminários de Lacan existe um deslocamento notável em relação ao Édipo freudiano. Ali onde Freud situava o pai, ou, ampliando-se, um pai, o Lacan estruturalista situa a função separada da pessoa do pai. A função castração, colocada no lugar da falta, que para Freud vinha do pai, fica situada no centro do processo de subjetivação e é introduzida, segundo Lacan (1981), pelo Nome-do-Pai. E o Nome-do-Pai é uma metáfora, um primeiro nome do não<sup>3</sup>, mas haverá outros.

Primeiramente, Lacan (1981) faz disso um significante equivalente ao do pai morto freudiano, ou seja, ao do pai da horda primitiva, poderoso, fálico, berço dos símbolos. A metáfora paterna é uma substituição significante que instala, no lugar de desconhecimento do desejo da mãe, o falo, sendo o falo um significante que nomeia o sentido da ausência materna. Essa ausência se encontra na origem da primeira simbolização, assinalada pelo jogo do *fort-da*:

$$\begin{array}{ccc} \text{Nome-do-Pai} & \text{Desejo da Mãe (X)} & \text{A} \\ \hline \text{Desejo da Mãe (X)} & \text{Significado para o sujeito} & \text{Nome-do-Pai (---)} \\ & & \text{Falo} \end{array} \rightarrow$$

Em outras palavras, o falo se torna o significante do desejo. Deve-se observar que, tornando-se puro significante, ele pode ser introduzido no campo metafórico de um modo diverso da diferença real dos sexos e por um agente que não o pai. Este deslocamento permite desnaturalizar a função e sair da necessidade de um casal parental heterossexual.

A saída do Édipo, isto é, a escolha da estrutura neurótica, se dá pela identificação com um pai fálico amado, mas imaginário. O que é possível enquanto ele é representado por figuras culturais fortes, mas não o é mais quando se trata de um desempregado crônico.

Observemos que assistimos paralelamente a uma degradação de Deus, que, rapidamente declarado morto, tenderia preferencialmente a recobrar forças em sua vertente do pior, isto é, estritamente

te imaginária de onipotência, para uso do doutrinamento das populações por pais extremistas de toda parte, mais falsos-irmãos do que pais.

Continuemos com a distância lacaniana entre o pai da realidade e a função pai. Em uma conferência única proferida em 1963, Lacan (2005a) argumenta sobre a possibilidade de uma multiplicação dos Nomes-do-Pai.

Entretanto, é preciso ir ainda mais longe para poder dar conta de um contexto de civilização, isto é, de discurso, claramente modificado.

Na aula de 21 de junho do seminário inédito *Ou pire (Ou pior)*, Lacan (1971-1972) propõe a idéia de que o sujeito é filho do discurso – o discurso lhe diz quem ele é – o que situa a função pai no interior mesmo da linguagem.

Ele a localiza primeiramente em um “nomear para”. Na aula de 19 de março de 1974 do seminário também inédito *Les non-dupes errent (Os não tolos erram)* – título em que se deve ouvir o equívoco: aquele que não se engana com o pai erra – ele constata que “a mãe basta geralmente para ... indicar o caminho” desta forma de nomeação que é ao mesmo tempo uma atribuição que faz disso seu limite. Lacan explica que esse processo está a ponto de substituir, “nesse momento de história em que nos encontramos ..., o que é relativo ao Nome-do-Pai” (Lacan, 1973-1974). Isso é o pior, pois esse “nomear para” permanece na lógica de uma relação dual com a mãe, ou com o enunciador.

Assim, o sujeito nomeado pela mídia a ser escória, a ser delinquente desde os 3 anos, como o faz um relatório, certamente contestado, do INSERM<sup>4</sup> (Instituto Nacional da Saúde e da Pesquisa Médica) corre o risco de ficar fixado nessa identificação imaginária que se impõe como ideal, por mais paradoxal que possa parecer.

Lacan continua. Em sua *Conferência de Genebra sobre o sintoma*, proferida em 1975, ele redefine a função pater-na como função de nomeação que tem um efeito de subjetivação e não de identificação. E “o pai, é aquele que nomeia” (Lacan, 1976, p. 42). A partir daí, não somente o significante que representa o pai pode ser qualquer, mas há uma passagem do Nome-do-Pai ao Pai do nome.

Isto separa definitivamente esta função de qualquer encarnação. Provavelmente, é o que permite a Lacan afirmar que a descida que conduz facilmente do pai ao pior, como se vê nos extremismos, pode ser evitada.

Esta função “nomeação” recentemente definida é apenas metáfora enodando simbólico e imaginário (como o faz a metáfora do Nome-do-Pai), mas ela toca no real ali onde ela designa, institui, e de fato distingue o sujeito. A função nomeante, forma intransitiva, que permite “fazer-se um nome”, engloba o Nome-do-Pai.

Ao mesmo tempo, Lacan propõe, em seus últimos seminários a partir de 1974 (*RSI*, proferido em

1974-1975, *O sinthoma*, proferido em 1975-1976, entre outros), novas ferramentas que possibilitam escrever a estrutura diferentemente do que em uma relação exclusiva com o Édipo. Os nós borromeanos colocam simbólico, real e imaginário no mesmo nível e têm a vantagem de introduzir na estrutura, até então sob a hegemonia do simbólico, a dimensão do real e a necessidade do enodamento dos três registros. Os círculos do Simbólico, do Imaginário e do Real mantêm-se juntos de tal modo que a ruptura de um leva à separação de todos; e é principalmente um quarto nó, o sintoma, que pode ser próprio a cada um. É quando o sinthoma, assim renomeado por Lacan, e que no corpus freudiano poderia assemelhar-se à construção em análise, assegura um fechamento estável da estrutura. Com relação à abordagem clínica estritamente estrutural, as fronteiras da normalidade encontram-se evidentemente deslocadas, voltando a uma estabilidade do enodamento, mas os limites entre as estruturas não deixam de ser pertinentes.

O Nome-do-Pai permite um enodamento particular, um nó borromeano normal, que Lacan escreve “norma-macho”, um sintoma menos regular que outro, pois ele organiza um laço social banalizado. Coisa que esse enodamento particular, de um em um, não permite, conduzindo mais à individualização. No entanto o sujeito, sozinho, se sustenta.

A questão se torna então: o que faz com que uma operação de nomea-

ção tenha uma eficácia, isto é, que o sujeito seja representado por um nome que lhe seja próprio<sup>5</sup>. Qual é a natureza dessa nomeação? Qual poderia ser o agente da nomeação?

Começemos por sua natureza: esse nome, que faz o estilo e que Lacan reconheceu na obra de Marguerite Duras, "seu nome de Veneza no Calcutá deserto" (Lacan, 1965/2001b), é sem significação, totalmente fora do sentido, contrariamente ao patronímico que pode ter um (o que o predispõe ao delírio) e que é apenas uma ocorrência da nomeação. Assim, o nome próprio de cada um é um furo do real no simbólico. Estamos no avesso do discurso religioso, é a carne que se faz verbo e não o inverso: o sujeito se constitui pela produção de um sintoma que o encarna e que ele encarna.

Portanto, passamos do *pai do não*, que é o pai edípico, sendo o complexo de Édipo um sintoma ligado a um contexto discursivo particular cujo pai era o pivô, à necessidade de um "*pai*" do nome. Passamos do Nome-do-Pai ao Nome-de-*sinthoma*. Este é sem dúvida um dos sentidos de "poder prescindir do pai com a condição de poder usá-lo" (Lacan, 2005b, p. 136), isto é, encontrá-lo ali onde ele está, no discurso. De certo modo, encontra-se aí a inscrição no inconsciente do pai da primeira identificação segundo Freud, aquele que jaz no banho inicial de linguagem.

Em seguida, o agente: precisa-se de um, pois não é possível auto-nomear-se; é necessário um terceiro para fazer eco, para validar o enodamento do nome próprio ao sujeito que esse nome designa. Isto pode vir do lado do social, do coletivo ampliado (por exemplo, os leitores para Joyce) ou do privado (um grupo de referência). Em todos os casos, o agente é a palavra, pois falar é um ato que vem do real (ainda que pela articulação, pela enunciação), tanto quanto do simbólico.

Ora, o doente da pós-modernidade é o discurso. A linguagem cada vez mais factual e limitada coloca em primeiro plano o ideal de individualidade e de pragmatismo. A palavra se contenta em designar a coisa, o equívoco se perde. O objeto, lugar vazio da causa e origem do desejo, é rebaixado à categoria do consumível. O "consolo" que cada criança tem em sua última versão merece bem o nome de "rolha" em um deserto de palavras. O acúmulo de saberes ao alcance de (quase) todos mata o saber, que está sempre à sua disposição.

Tomo emprestada de Marília Amorim (2007) a seguinte hipótese: na pós-modernidade, as três formas do saber – *logos*, saber

demonstrativo objetivo, *mythos*, saber narrativo expressivo, e *métis*, saber prático eficaz, estão separadas. A partir daí, domina a forma *métis*, ou seja, o pragmatismo individualista em busca de uma maior eficiência. Ora, as formas de discurso são correlativas às formas de saber. A cada forma de relação com o saber corresponde um tipo de discurso diferente. Até onde o sujeito da enunciação é afetado? Num registro equivalente, uma paciente trilingue me dizia recentemente não ser a mesma conforme a língua utilizada.

As consequências de uma modificação linguística notável são importantes para aquele dos discursos que ainda se pergunta o que significa falar, isto é, o discurso psicanalítico. Pois é o próprio sujeito da enunciação que se encontra modificado quando a fala muda, se rarefaz, se limita às funções de eficiência, de comunicação e de poder. Quando a fala perde sua função de ato em benefício da de agente de (passagem ao) ato. É o que encontramos, como eu disse, na lógica subtendida nos discursos pseudo-religiosos extremistas.

Já no seminário sobre a *Identificação* (Lacan, 1962) sem dúvida por ser o mais topológico do período, Lacan sublinha a identidade entre o inconsciente do sujeito e sua nomeação precoce. "O que o sujeito não pode saber é o nome do que ele é enquanto sujeito da enunciação. No ato de enunciação, há esta nomeação latente concebível como primeiro núcleo significante... desse centro falante do



sujeito que chamamos o inconsciente” (aula de 10 de fevereiro de 1962). Isto significa que a nomeação designa aqui o que há de mais precoce naquilo que o sujeito capta dos significantes, a própria materialidade de *lalíngua* antes que ele compreenda seu sentido, e é o que vem fazer núcleo do inconsciente. Essas letras antes das palavras se tornam o umbigo do sujeito, a amarra da cadeia significante ao mesmo tempo em que permanecem amarradas ao real (do Outro) que elas são inicialmente.

Seria possível “enxertar” uma fala eficaz, uma fala que nomeie, que seja congruente com o real? Tal como o é a nomeação que Lacan espera, a de um sentido primeiro do discurso que não é fala para levar ao ato, para “fazer”, (o que permanece como “nomear para”), mas fala/ato que subjetiva, fala performática real que toca o ser? Como inventar-se um nome próprio, sair do anonimato, desse “todos iguais” que segrega e exclui aqueles que aí são nomeados, e até mesmo os que aí se fecham? Em sua nota a Jenny Aubry, Lacan (2001c) situava no “interesse particularizado”, isto é, não anônimo, da mãe por seu filho, uma condição de subjetivação. Seria possível encontrar uma extensão dessa condição fora do campo familiar e no campo sociocultural para aqueles que não receberam ou que não tenham encontrado na tagarelice primordial as condições mínimas para uma inscrição particularizada que os individualize e os pacifique?

Voltemos ao mito por meio de uma experiência de uso do e dos relato/s.

Trata-se de uma experiência que vem sendo realizada num consultório, em conjunto, há três anos, por Anne Chapelain, psicopedagoga, e por mim mesma, com um grupo aberto de quatro ou cinco jovens de 10 a 13 anos. Todos foram encaminhados por transtornos do comportamento e dificuldades de aprendizagem com consequências tanto no nível da inserção quanto no das aquisições. Eles têm as maiores dificuldades para entrar em tratamentos individuais, particularmente a psicoterapia, que parece no entanto impor-se como prescrição diante do transtorno criado por esses perturbadores sujeitos.

Trata-se de adeptos do conflito. A falta, a responsabilidade, é projetada no adulto, professor, pai ou mãe, ou sobre os outros jovens ora perseguidores, ora perseguidos. A causa do mal estar que os habita é sistematicamente atribuída ao outro, inclusive no que tange seu complexo acesso ao saber. Tudo o que escapa a seu controle os preocupa. Sua atividade de pensar parece ocupada em se desembaraçar do que poderia ser incômodo para eles, e, para isso, a passagem ao ato é a resposta espontânea. A situação de ter que se submeter a um código universal os remete a uma recusa fundamental, a de aceitar qualquer frustração. O perfil clínico desses jovens se assemelha ao do período pré-edípico. Eles se encontram com muita frequência num laço psíquico fusional com uma imago materna onipotente. De certo modo, eles renunciaram à construção de teorias sexuais infantis, o que explica em parte sua falta de apetite pelo saber. Eles têm a preocupação permanente de manter-se num onipotência imaginária para escapar da insuportável representação de seus limites. Na falta de uma simbolização suficiente, o real da existência se apresenta da forma mais crua: morte, mutilação, abandono, de que apenas a força reivindicada protege, como se a violência pudesse proteger. Os videogames diante dos quais eles passam muito tempo exploram essas fixações.

A maior parte das teorias psicanalíticas tenta dar conta de uma clínica dos limites que se encontra atualizada por aquilo que se chama hoje de “novas patologias”. Esse termo recobre personalidades que reivindicam o direito de gozar sem entraves, no sentido de ter o uso de – nesse sentido, são capitalistas decididos – e que parecem desconhecer qualquer sentimento de culpa e serem relativamente impermeáveis aos efeitos da palavra. Os kleinianos supõem um nú-

cleo psicótico paranóico, base da estrutura; os freudianos preferem falar em personalidades narcísicas, espécie de fixação na onipotência infantil de antes do recalque; os lacanianos, tanto kleinianos quanto freudianos, se interrogam sobre os efeitos pouco estruturantes de uma civilização cujas bases simbólicas, como o demonstra o uso da língua, estão em profunda mutação.

O que propor a esses jovens que nada pedem, mas que são trazidos pela demanda externa porque fazem sintoma? Eles mesmos não se queixam de nada, a não ser do outro, vivem no aqui e agora, parecem ser pouco afetados, expressam-se com uma pobreza de linguagem e de imaginação em que dominam os estereótipos. Reconhecemos a degradação do simbólico e a predominância do imaginário nas identificações que os sustentam minimamente. Resumo aquelas que poderíamos reconhecer no pequeno grupo atual formado por quatro jovens: terror do colégio, meninas masculinizadas, estrela acadêmica, jovem perdida. O debate atual colocado por essa clínica dos limites é o da estrutura: a "pervertização" generalizada da sociedade, reduzida a trocas econômicas mais ou menos selvagens (para cada um, imediatamente, seu objeto de gozo, para resumir o essencial) conduz a uma estruturação perversa; ou seria uma psicotização dos indivíduos que a compõem?

Este modo de colocar a questão se opõe à nossa abordagem. Mais do

que passar de uma clínica do social a uma clínica do sujeito, apostamos no fato de que um modelo de tratamento orientado pelo discurso psicanalítico tem efeitos sobre o sujeito, inclusive na dimensão social.

O trabalho com esse estilo de "pacientes" é inverso ao tratamento psicanalítico. Trata-se aí sobretudo de sustentar uma subjetivação onde aparentemente só há desresponsabilização, de passar de uma con/fusão com o real para um distanciamento que permite sua leitura. Assim, inventamos uma montagem institucional a partir do encontro com essa clínica desconcertante e que tem um interesse particularizado, e chamamos esse projeto de "mitos e relatos", antes de nos darmos conta de que isso era ouvido como "mitos RSI<sup>6</sup>"<sup>7</sup>.

A aposta é a de que há no uso do relato mítico uma função de transmissão e de integração de civilização que não aparece mais como um objeto externo porque o relato expõe as mesmas problemáticas que as encontradas por esses jovens.

A mediação escolhida é a leitura em voz alta, por um dos co-terapeutas, da *Odisséia* de Homero. Em outras palavras, nós, adultos, assumimos o lugar de transmissores (agente), a partir do discurso (terceiro), de uma história (*logos*) que suscita o relato pessoal (*mythos*).

Como é o laço que faz sintoma, como as relações horizontais com os pares orientam a vida cotidiana desses jovens, como a verbalização lhes

falta, decidimos trabalhar no laço *via* identificações, usando mediações das quais conhecemos o alcance simbólico. Apostamos em que eles possam apoderar-se deles um a um, para instalar-se de modo mais estabilizado na estrutura psíquica. Apoiamo-nos na clínica psicanalítica: estabelecimento da nomeação instituinte por uma via/voz diferente da do pai, permitindo o enodamento pela metáfora paterna na neurose, ou pela construção de uma suplência na psicose. Cada um é antes de tudo filho ou filha do discurso – é o que sustentamos e o que nos sustenta.

## **Trabalhamos em dois registros:**

### **1. Forma:**

Um enquadre rigoroso se impõe para conter a desordem interna.

O grupo se encontra uma vez por semana em torno dos episódios da leitura da *Odisséia*. Falamos sobre o pagamento simbólico exigido, que cada um trouxe ou não, e sobre as razões da escolha, da recusa ou do esquecimento.

Cada jovem é convidado, se quiser, a partilhar com os outros um evento ou um momento de sua semana passada. Todos podem fazer perguntas. Ninguém é obrigado a responder.

Resumimos rapidamente o que já foi lido na sessão precedente e a leitura é retomada.

O tempo é limitado, pois a capacidade de atenção é reduzida. Pede-se a eles que se abstenham, durante a leitura, de fazer comentários ou de ter atitudes que possam incomodar a escuta dos outros.

A proposta é a de identificar as etapas do desenvolvimento da história e de restituir um ponto que os tenha interpelado de modo particular. No fim, reconstruímos o relato ouvido para consolidar o laço cronológico, voltar a precisar algumas passagens e levantar os equívocos de compreensão respeitando-se as diferentes interpretações (é importante valorizar o aspecto criativo da leitura).

A partir da restituição da passagem conservada para cada leitura, iniciam-se com frequência associações e ligações com uma vivência pessoal. Em seguida, os participantes representam este episódio desenhando, escrevendo, eventualmente ditando, num grande

rolo de papel que é desenrolado à medida que a história avança. Esse último tempo é constantemente a ocasião de ricas trocas entre eles, tanto sobre o que foi lido quanto sobre o que eles vivem.

Vários efeitos são esperados seguindo os níveis possíveis de escuta.

– No plano real, a voz se oferece como continente pulsional; exterior ao sujeito, ela é um objeto separado que faz laço passando de um a outro e ao mesmo tempo envelope o grupo. Notamos que este é o único momento em que uma das participantes, particularmente instável, se acalma até a sonolência, no entanto atenta, enquanto que sua agitação maníaca habitual impede qualquer concentração.

– No plano simbólico, os jovens encontram-se imersos no banho de linguagem que sempre lhes faltou. Os significantes se repetem e se renovam, organizando e seguindo uma regra que contrasta com o caos das significações supostas. Uma de nossas jovens participantes deu recentemente um exemplo dos efeitos de degradação dos laços pelo uso de uma linguagem privada. Durante uma troca no último tempo, ela interpela um jovem com uma palavra desconhecida. Este responde vivamente: “não falo Mohamed”. Em seguida, ele se ausenta por duas sessões. Quando ele volta, ele explica com dificuldade e coragem o quanto ele se envergonhou de sua réplica racista. A jovem, que não o havia ouvido assim, abandona

violentamente a sessão, sem poder verbalizar sua cólera-atraso. Será preciso um novo tempo de elaboração para que ela entenda que uma palavra não compreendida pelo outro (trata-se de uma palavra que ela inventou) possa ser recebida como um insulto, e tenha provocado um retorno violento em espelho. É precisamente o que lhe acontece com frequência e do que ela se queixa muito, mas situando-se sempre como vítima, sem realizar a parte que lhe cabe nesses conflitos.

– No plano imaginário, as ficções familiares que compõem os relatos mitológicos são propostas como um romance familiar *prêt-à-porter* para aqueles cuja ficção das origens foi privada por uma falha no cenário edípico. O romance familiar é, com efeito, a última teoria sexual infantil que conclui a saída edípica; a criança inventa pais que lhe possibilitam ao mesmo tempo separar-se dos da realidade e dar um sentido, sempre como semblante, à sua vinda ao mundo. Isto a coloca no seu próprio caminho. É surpreendente constatar até que ponto a maior parte dos jovens em questão ignoram a história familiar que presidiu seu destino, sem conhecer suas origens, a de seus ascendentes, e pouco inclinados a inventar, como se a ficção fosse para eles impossível, ou proibida. E, conseqüentemente, ignorantes da História, o que não deixa de ter um efeito sobre o *socius*. A reconciliação com sua filiação pode contribuir para inscrevê-los na dívida

humana (de vida), e com um passado reencontrado abrir-se-á um futuro possível.

## 2. Fundo:

O mito tem uma função de enquadre: ele promove a entrada na temporalidade (o próprio desenvolvimento do relato comporta um antes e um depois), na permanência (o escrito é sempre o mesmo), ele propõe um formato das violências, inclusive a do real (a morte, o sexo). Isto tem um efeito de revelação e de surpresa com os jovens com mais dificuldade de inscrever-se numa continuidade e que agem de imediato. Assim, ao longo do desenvolvimento das sessões e da leitura apresentam-se questões fundamentais tais como – o que é um pai, o que é o amor entre um homem e uma mulher, o que é a amizade, a lealdade – enquanto que os afetos (medo, tristeza) ligados a essas situações e as consequências dos atos, podem expressar-se. O rolo de papel torna-se então o suporte de um outro relato, um relato sobre o relato que inclui a história singular de cada jovem ator.

O dispositivo propõe um suporte de reflexão sobre uma história que coloca em cena uma vivência complexa em ressonância com sua vivência, permitindo que eles elaborem primeiramente sem saber. O grupo funciona como câmara de eco, dirigida pelos co-terapeutas, nem muito de

perto, nem muito de longe. Os jovens participam sublinhando ou se surpreendendo; e o adolescente compreende assim que às vezes ele fala de si ao falar do que o impressionou na história ouvida. A circulação da palavra, tão pouco elaborada quanto possa ser, também permite que cada um perceba não estar sozinho diante de dificuldades, e que é parte de uma comunidade e de uma história.

Ulisses se revela como um representante excepcional da enge-nhosidade individual, própria a prestar-se à identificação; portanto, não foi escolhido por nós por acaso. Personagem pretensioso e todo-poderoso, ele se parece singularmente com nossos pequenos heróis. Sua viagem é o tempo necessário para que ele se inscreva na dívida humana, e isso passa por uma integração de seu nome.

Ulisses se nomeia duas vezes. A primeira vez é uma auto-nomeação, ilustração exemplar da astúcia metisiana<sup>8</sup> que o salva, mas que lhe vale uma mal/dição. Ele diz nomear-se “Ninguém”, separando a palavra e a coisa para enganar Polifemo, o ciclope antropófago, aquele que não sabia brincar com a língua e que toma a palavra ao pé da letra. A *métis* vence a força selvagem. Para Ulisses, não se trata de criar uma nova identidade, mas de esconder-se atrás de uma falsa identidade. Ele fala mal, um mal dito que carregará uma maldição, mas ele não pode impedir a si próprio de reivindicar seu verdadeiro nome, por orgulho dito de história, tornando possível seu reconhecimento por um outro pai, o ciclope. O anátema de Poseidon o conduzirá à errância de 10 anos em que se torna sua viagem de volta.

A segunda vez é quando ele se faz reconhecer, “traído” por sua emoção com a evocação de um passado que o leva de volta à sua história, à sua filiação. Ele se tornou um mendigo sem-nome, como nossos contemporâneos SDF [Sem Domicílio Fixo]. “Ninguém” não é seu nome, Ulisses pronuncia o nome dado por seu pai, sua mãe e todos aqueles de sua cidade e da região, como diz o relato. Esta nomeação renovada pelo Outro da comunidade valida a re-apropriação de seu nome e permite que ele reencontre seu lugar. Este também é o momento em que Ulisses identifica-se como pai de Telêmaco, que ele havia deixado ainda bebê, não sem antes ter-lhe dado o nome como reconhecimento.

Assim, esse personagem moderno se presta não somente à identificação imaginária, mas também, e apostamos nisso, à nomeação simbólica.

Esta questão da função estruturante da nomeação será colocada textualmente por Quentin, jovem participante. No início de uma

sessão, quando se pede aos jovens para trazer o que eles gostariam de dividir, Quentin, após o relato habitual e fanfarrão de seu todo-poder diz: “Eles têm medo de mim, eu bato mais forte que todos, eu tiro sangue...”, muda de tom e declara, afetado: “Detesto quando eles dizem: Quentin Lecapitaine [Ocapitão] (escolhi esse patronímico porque ele remete ao seu); é irritante”. Ele não consegue explicar melhor.

Após a leitura do episódio entre Ulisses e o ciclope, Quentin comenta: “O que eu prefiro é que ele diz que se chama Ninguém e que Ninguém, é ninguém.”

Eu pergunto: “e você preferiria ser ninguém a ser um capitão?”. Procuo saber se Quentin reduz seu patronímico à sua significação, em outras palavras, rebate o simbólico (o patronímico não tem sentido, ele é da ordem da letra) sobre o imaginário (tomar o patronímico ao pé da letra, restringi-lo à sua significação e fazê-lo funcionar como um imperativo). Aceitar fazer-se representar por seu nome de família faz disso um nome particular, o nome próprio que faz de si um significado. O gancho é diferente segundo a estrutura clínica do sujeito: ele se anula aí na psicose (ser um capitão), encontra uma identidade que pode lhe pesar (ser filho de um pai decaído, ou, da mesma forma, de um pai célebre) ou honrá-lo na neurose.

Quentin responde: “É o nome do meu pai, e não gosto do meu pai. Eu preferiria me chamar X... (nome de família de sua mãe). Ele não me deu nada no meu aniversário.”

Foi apontada a falha paterna: um pai que não festeja o nascimento de seu filho deixa a nua-propriedade para a mãe dele. Quentin está doente com seu nome próprio, recusa o patronímico que vem desse pai decepçionante sobretudo por deixá-lo na intimidade de uma mãe que desvaloriza abertamente seu marido. Mas essa mesma censura revela que o pai está bem ali como terceiro e que Quentin está bem identificado com ele, nem que seja por essa recusa do ser.

É esse mesmo jovem que, algumas sessões depois, analisará com uma lucidez “de que muito adultos não são capazes” – dirá sua mãe à qual ele explicou a situação – o mal entendido entre ele e a jovem insultadora/insultada. Prova de que ele tem a medida do que significa falar, inclusive do que não se pode dizer.

Que o dever da memória tenha se tornado tão imperioso não é, sem dúvida, um acaso, mas uma verdadeira necessidade de civilização. O fato de que a palavra circule de geração em geração garan-



te o ato da separação, impede mãe e filho de gozarem em círculo, se posso dizer assim, e é uma condição de humanização. Dessa perspectiva, somos todos responsáveis. ■

FROM MYTH TO NARRATIVE, THE INSCRIPTION OF THE NO/NAMES OF THE NAME-OF-THE-FATHER

**ABSTRACT**

*Civilization lives today the discontent of the father. This malaise is the degradation of the father, something which many attribute to the wanderings and the detours of modern subjectivities. The oedipal father, from his most humiliated version to that of the domestic tyrant, manufactured the generalized neurosis where Freud found the roots of his theory. What does psychoanalysis propose today to read the discontent of our current civilization? Lacan readdresses the question of the paternal function to underscore the essential: the principle of separation (castration) and identification (naming). This orientation finds different clinical applications, of which we will underscore here an example in groups of teenagers which are in a state of symbolic wandering.*

**Index terms:** oedipal father; paternal function; civilization; identification; teenagers.

DESDE EL MITO AL RELATO, LA INSCRIPCIÓN DE LOS NOMBRES/NO DEL NOMBRE-DEL-PADRE

**RESUMEN**

*La civilización vive actualmente el mal del padre. Es a esa degradación del lugar del padre a la que muchos atribuyen las errancias y los desvíos de los sujetos modernos. El padre edípico, desde su versión humillada hasta la del tirano doméstico, fabricaba la neurosis generalizada en la cual Freud encontró las raíces de su teoría. Qué propone el psicoanálisis para leer el malestar actual en la civilización? Lacan retomó la cuestión de la función paterna para destacar lo esencial: principio separador (la castración) e identificación (la nominación). Esta orientación encuentra diferentes formas de aplicaciones clínicas, de las cuales presentamos aquí un ejemplo de grupos de adolescentes que se encuentran en "errancia" simbólica.*

**Palabras claves:** padre edípico; función paterna; civilización; identificación; adolescentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amorim, M. (2007). *Raconter, démontrer, ..., survivre. Formes de savoir et de discours dans la culture contemporaine*. Paris: Erès.

Freud, S. (1985). L'analyse avec fin et l'analyse sans fin. In S. Freud, *Résultats, idées, problèmes* (Vol. 2, pp. 231-268). Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1937)

\_\_\_\_\_. (1992). Préface à Jeunesse à l'abandon. In S. Freud, *Œuvres complètes* (Vol. 17, pp. 159-163). Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1925)

Lacan, J. (1961-1962). *Le séminaire, livre IX: L'identification, 1961-62*. Inédito.

\_\_\_\_\_. (1971-1972). *Le séminaire, livre XIX: ...Ou pire, 1971-1972*. Inédito.

\_\_\_\_\_. (1973-1974). *Le séminaire, livre XXI: Les non-dupes errent, 1973-1974*. Inédito.

- \_\_\_\_\_ (1975). Le séminaire, livre XXII: R.S.I, 1974-1975. *Ornicar?Revue du Champ Freudien*, 4.
- \_\_\_\_\_ (1976). Conférences et entretiens dans des Universités Nord-Américaines. *Scilicet* 6/7, 5-63.
- \_\_\_\_\_ (1981). *Le séminaire, livre III: Les psychoses, 1955-56*. Paris: Seuil.
- \_\_\_\_\_ (1991). *Le séminaire, livre XVII: L'envers de la psychanalyse, 1969-1970*. Paris: Seuil.
- \_\_\_\_\_ (2001a). Proposition du 9 octobre 1967 sur le psychanalyste de l'Ecole. In J. Lacan, *Autres écrits* (pp. 243-260). Paris: Seuil. (Trabalho original publicado em 1968)
- \_\_\_\_\_ (2001b). Hommage fait à Marguerite Duras, du Ravissement de Lol V. Stein. In J. Lacan, *Autres écrits* (pp. 191-198). Paris: Seuil. (Trabalho original escrito em 1965)
- \_\_\_\_\_ (2001c). Note sur l'enfant. In J. Lacan, *Autres écrits* (pp. 373-374). Paris: Seuil.
- \_\_\_\_\_ (2005a). *Des Noms-du-Père*. Paris: Seuil.
- \_\_\_\_\_ (2005b). *Le séminaire, livre XXIII: Le sinthome, 1975-1976*. Paris: Seuil.
- 5 Ver Soler, C. (2006, février). Nomination et contingence. *Revue de Psychanalyse du Champ Lacanien. La parenté: filiation, nomination*, 3, 13-19.
- 6 Em francês, há uma assonância entre 'mythes et récits' e 'mythes RSI' [N.T.].
- 7 Ou seja: Real, Simbólico e Imaginário, os três elementos do nó borromeano representando a estrutura, e ao mesmo tempo os lugares das três posições de enunciação: *métis, logos, mythos*.
- 8 Relativo a *métis* [N.T.].

## NOTAS

- 1 No original: *Du mythe au récit, l'inscription des noms/non du Nom-du-père*. Trata-se aqui de um jogo com a sonoridade das palavras *nom* (nome) e *non* (não), que se pronunciam da mesma forma [N.T.]
- 2 Deixo de lado todo o processo complexo da subjetivação que se realiza ao longo da "neurose infantil". Ver, para o desenvolvimento desse tema, Menès, M. (2006). *La 'névrose infantile', un trauma bénéfique*. Paris: Editions du Champ Lacanien.
- 3 No original, *nom du non* [N.T.].
- 4 INSERM – Institut National de La Santé et de La Recherche Médicale ([www.inserm.fr](http://www.inserm.fr)) [N.T.].

m.menes@wanadoo.fr

Recebido em agosto/2009.  
Aceito em outubro/2009.